



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.fundacentro.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.001069/2019-27

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de gás especial argônio ultrapuro (pureza 5.0, ou 99,999%) e aquisição de gás especial hélio ultrapuro (pureza 6.0 ou 99,9999%). Locação de cilindros de argônio e hélio, onde os respectivos gases serão utilizados. A aquisição dos gases e locação dos cilindros atenderão ao laboratório de inorgânica lotado no Serviço de Laboratórios de Apoio a Pesquisa (SLAP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Identificação CATMAT
1.	500	m ³	Aquisição de gás argônio ultrapuro, pureza 5.0 ou 99,999%, com o seu respectivo cilindro.	252788
2.	20	m ³	Aquisição de gás hélio ultrapuro, pureza 6.0 ou 99,9999%, com o seu respectivo cilindro.	252788

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da Ata de registro de preços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA SOLICITAÇÃO DE COMPRA

2. 1 Os gases solicitados são necessários para as análises químicas previstas no projeto de pesquisa em andamento no laboratório de química inorgânica. As análises são realizadas utilizando um equipamento de emissão óptica com plasma acoplado indutivamente (ICP-MS), o qual necessita de gás argônio e hélio, com pureza elevada, para funcionar adequadamente e retornar resultados confiáveis. O ICP-MS apresenta um alto consumo dos gases solicitados (cerca de 8m³ por dia de trabalho), o que implica na necessidade da compra em grandes quantidades. Os gases visam o atendimento de demandas relacionadas aos Acordos de Cooperação Técnicas (ACT) com UNIFESP; IPEN e USP para realização de análise de metais em amostras biológicas e ambientais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3. 1 As análises para determinação de elementos-traço e razão isotópica em amostras são realizadas utilizando um equipamento de emissão óptica com plasma acoplado indutivamente (ICP-MS), o qual necessita de gás argônio e hélio, com pureza elevada, para funcionar adequadamente e retornar resultados confiáveis.
3. 2 Os cilindros de gás devem possuir qualidade devidamente reconhecida, com materiais de primeira linha, de modo a atenderem às normas requeridas para a segurança no transporte, armazenamento e utilização/manipulação de gases sob pressão
3. 3 Em virtude do espaço disponível para armazenamento na central de gases da FUNDACENTRO, a entrega dos cilindros deverá ser feita de forma progressiva conforme solicitado pela CONTRATANTE, ao longo de, no máximo, 24 meses.
3. 4 A FUNDACENTRO não dispõe de cilindros vazios para troca pelos cilindros cheios. Por essa razão, o gás solicitado deverá ser fornecido em cilindros disponibilizados pela própria CONTRATADA, que serão devolvidos após o consumo do argônio, em um período máximo de 24 meses.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4. 1 Os bens classificam-se como serviços comuns, de acordo com o art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5. 1 Os cilindros de gás devem possuir qualidade devidamente reconhecida, com materiais de primeira linha, de modo a atenderem às normas requeridas para a segurança no transporte, armazenamento e utilização/manipulação de gases sob pressão.
5. 2 Cada cilindro deverá comportar um volume de 10m³ de argônio e hélio respectivamente.
5. 3 Os cilindros deverão ser entregues em veículos apropriados para transportes de gases sob pressão, na posição vertical.
5. 4 Em virtude do espaço disponível para armazenamento na central de gases da FUNDACENTRO, a entrega dos cilindros deverá ser feita de forma progressiva conforme solicitado pela CONTRATANTE, ao longo de, no máximo, 24 meses.
5. 5 A FUNDACENTRO não dispõe de cilindros vazios para troca pelos cilindros cheios. Por essa razão, o gás solicitado deverá ser fornecido em cilindros disponibilizados pela própria CONTRATADA, que serão devolvidos após o consumo do argônio, em um período máximo de 24 meses.
5. 6 A quantidade referente à locação dos cilindros, especificada neste termo de referência e na solicitação de compra, é um valor máximo. Considerando que a entrega dos itens será feita de modo progressivo e em tempo variável (respeitando-se o limite máximo de 24 meses), o valor a ser efetivamente pago pela locação será definido após o consumo total dos gases, em função da quantidade de cilindros em estoque na FUNDACENTRO e do tempo de consumo dos mesmos.
5. 7 O fornecimento de argônio e hélio devem ser realizados por empresas especializadas e qualificadas (SISTEMA ISO 9000). A entrega do gás solicitado deverá ser feita de 2ª a 6ª feira das 8:30h às 17:30h, mediante agendamento prévio, por pessoal devidamente identificado; uniformizado; treinado e capacitado, a fim de evitar acidentes no transporte e entrega do cilindro.
5. 8 O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias, contados a partir do pedido de fornecimento, em remessa parcelada, no seguinte endereço: Rua Capote Valente, nº 710 – Pinheiros – São Paulo SP.
5. 9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5. 10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
5. 11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
5. 12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do presente Termo de Referência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- 6.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do processo de compra, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.6 Apresentação de declaração de atendimento às normas de segurança aplicáveis ao produto perigoso (gás sob pressão) que será fornecido, responsabilizando-se por todos os danos materiais e pessoais que possam ocorrer.

7.1.7 Manter boas práticas de segurança no fornecimento do material solicitado, incluindo o transporte de cilindros na posição vertical, acorrentados em baias de veículo específico para transportar gases sob pressão, equipado com elevador hidráulico e carroceria aberta separada da cabine do motorista. Para o transporte a curta distância (do veículo até a central de gases da FUNDACENTRO), os entregadores devem utilizar carrinho específico para cilindros, com corrente de proteção. O condutor do veículo e entregadores devem possuir treinamento específico para compreender os perigos e riscos do material transportado, além de saber quais medidas tomar em caso de acidentes e emergências.

7.1.8 Fornecer a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) correspondente ao produto fornecido.

7.1.9 Atender à norma NBR 12.791 (Cilindro de Aço, sem costura, para Armazenamento e Transporte de Gases a Alta Pressão) no que se refere ao transporte de cilindros. Que diz: os recipientes devem ser transportados na POSIÇÃO VERTICAL, em veículos onde o espaço de carga está separado e não tem contato com a cabine do motorista. Assegurar que o condutor do veículo tenha conhecimento dos riscos potenciais da carga bem como das medidas a tomar em caso de acidente ou emergência. Antes de transportar os recipientes: garantir ventilação adequada no compartimento de carga. Verifique se os cilindros estão bem fixados. Comprovar que a válvula está fechada e que não tem fugas. Comprovar que o tampão de saída da válvula (quando existente) está corretamente colocado. Comprovar que o dispositivo de proteção da válvula (capacete) está corretamente instalado

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do termo; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo de compra.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da entrega dos materiais, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11. 11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
11. 12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
11. 13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
11. 14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
11. 15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
11. 16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
11. 17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)I =		(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	
		TX = Percentual da taxa anual = 6%	

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos durante a vigência da Ata, revistos de acordo com critérios definidos na Ata de Registro de Preços

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.2.2. Multa de:

13.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), caso exigida no edital, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

13.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.3, 13.2.4 e 13.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14. Não foram encontrados no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis critérios aplicáveis. Tanto a aquisição dos gases especiais, quanto a locação dos mesmos não se sujeitam aos critérios de sustentabilidade. Os gases especiais solicitados são inertes (chamados de gases nobres ou raros), que não agredem ao meio ambiente.

São Paulo, 23 de Julho de 2020.

Gláucia Nascimento de Souza
Chefe do Serviço de Laboratórios de Apoio a Pesquisa.

Felipe Mêmolo Portela
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Nascimento de Souza Veloso, Chefe de Serviço**, em 23/07/2020, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mêmolo Portela, Presidente**, em 29/07/2020, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0067132** e o código CRC **59D92BAC**.

Criado por [glaucia.souza](#), versão 6 por [glaucia.souza](#) em 23/07/2020 13:56:23.